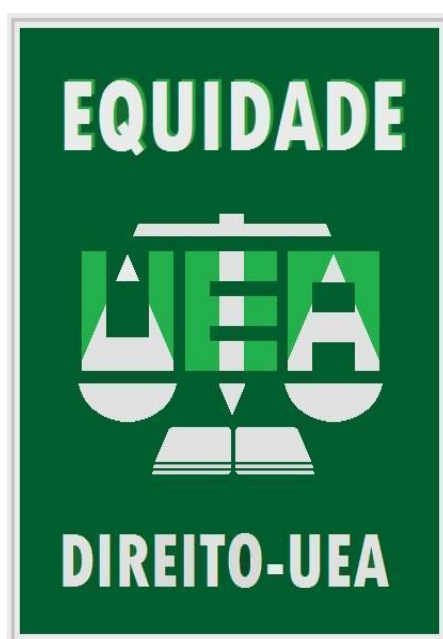




**ESCOLA DE  
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



**EQUIDADE:**

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA  
EDIÇÕES

editora  
UEA

## **GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS**

Roberto Cidade  
**Governador Interino**

### **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib  
**Reitor**

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro  
**Vice-Reitor**

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos  
**Pró-Reitor de Ensino de Graduação**

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo  
**Pró-Reitora de interiorização**

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho  
**Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação**

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro  
**Pró-Reitora de Planejamento**

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins  
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos  
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior  
**Pró-Reitor de Administração**

Profa. Dra. Isolda Prado  
**Diretora da Editora UEA**

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro  
**Coordenação do Programa de  
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito  
Ambiental**

## **EQUIDADE:**

**Revista Eletrônica de Direito da  
Universidade do Estado do Amazonas**

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA  
**Coordenação do curso de Direito**

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA  
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA  
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA  
**Editores Chefe**

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda  
Prof. MSc. Helder Brandão Góes, UEA  
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto  
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA  
Msc. Edinaldo Inocência Ferreira Junior, UEA  
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA  
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA  
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA  
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA  
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

### **Editores Assistentes**

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP  
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS  
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP  
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG  
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA  
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

### **Conselho Editorial**

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA  
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA  
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA  
Prof. MSc. Helder Brandão Góes  
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA  
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA  
Msc. Edinaldo Inocência Ferreira Junior, UEA  
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA  
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA  
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA  
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA  
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

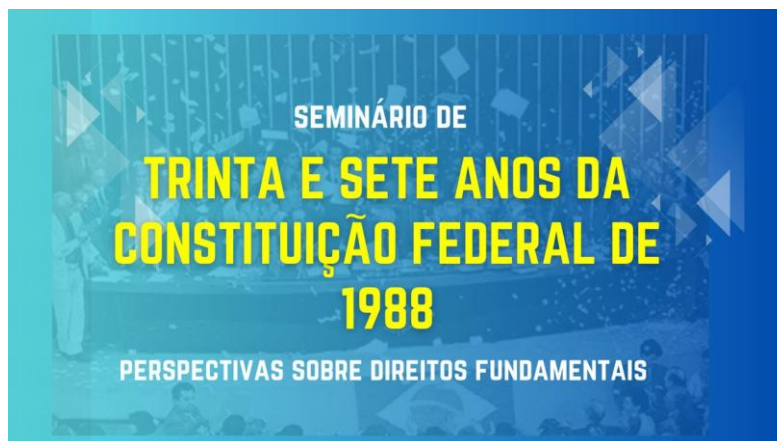
### **Comitê Científico**

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG  
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA  
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA  
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA  
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda  
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA  
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA  
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

**Avaliadores**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA  
**Primeira revisão e revisão final**

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:  
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais  
Artigo científico**

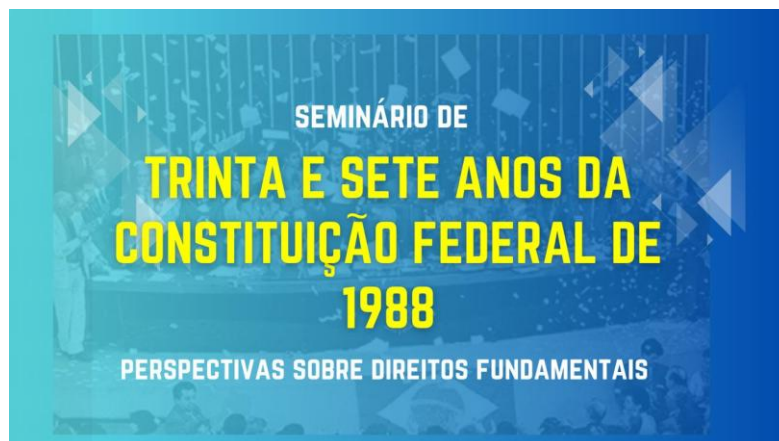


**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:  
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo  
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte  
**Organizadores**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo  
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte  
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira  
Profa. Esp. Alzira Melo Costa  
Profa. Esp. Ana Vilma Santana Munhoz  
Profa. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues  
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart  
Prof. MSc. Helder Brandão Góes  
Adv. Katrine Castro Sarmiento  
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira  
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima  
**Comissão científica do evento**

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:  
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais  
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:  
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

|                                                   |                                   |
|---------------------------------------------------|-----------------------------------|
| Prof. Dr. Neuton Alves de Lima                    | Ana Clara Sarmento Cabral         |
| Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar              | Andria da Costa Pereira           |
| Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo       | Bruna Maria da Silva Mota         |
| Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte | Elias Nunes Pereira               |
| Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira      | Elis Helena Castro Medeiros       |
| Profa. Esp. Alzira Melo Costa                     | Emilly Victória Batista do Santos |
| Profa. Ana Vilma Santana Munhoz                   | Heitor Lucas Rodrigues Pontes     |
| Profa. Esp. BiankaCaelli Barreto Rodrigues        | João Victor Osvaldo Souza         |
| Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart           | Letícia de Lira Gomes             |
| Prof. MSc. Helder Brandão Góes                    | Lucas Gabriel Pessoa de Aragão    |
| Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira         | Marcelo Damasceno Rodrigues       |
| Katrine Castro Sarmento                           | Nilvana Linhares Fernandes        |
| Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima       | Nycolas Matos Carvalho            |
|                                                   | Pedro Luís da Silva Teles         |
|                                                   | Rafael Mousinho do Amaral         |
|                                                   | Rebeca de Lima Nogueira           |
|                                                   | Karine Galvão Lima                |

**Comissão Organizadora**

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:  
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais  
Artigo científico**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar  
Bruna Maria da Silva Mota  
Prof. MSc. Helder Brandão Góes  
Profa. Esp. Alzira Melo Costa  
**Comissão de Formataadores**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar  
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva  
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima  
Prof. MSc. Helder Brandão Góes  
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

**Avaliadores**

|                                        |                                   |
|----------------------------------------|-----------------------------------|
| Profa. Esp. Alzira Melo Costa          | Bruna Maria da Silva Mota         |
| Profa. Ana Vilma Santana Munhoz        | Elis Helena Castro Medeiros       |
| Prof. Esp. Bianka Caelli Barreto       | Emilly Victória Batista do Santos |
| Rodrigues                              | Heitor Lucas Rodrigues Pontes     |
| Prof. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart | João Victor Osvaldo Souza         |
| Prof. MSc. Helder Brandão Góes         | Lucas Gabriel Pessoa de Aragão    |
| Adv. Katrine Castro Sarmento           | Marcelo Damasceno Rodrigues       |
| Profa. MSc. Lucia Helena Santana       | Nilvana Linhares Fernandes        |
| Ferreira                               | Nycolas Matos Carvalho            |
| Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo | Pedro Luís da Silva Teles         |
| Lima                                   | Rafael Mousinho do Amaral         |
| Ana Clara Sarmento Cabral              | Rebeca de Lima Nogueira           |
| Andria da Costa Pereira                | Karine Galvão Lima                |

**Comissão de revisores - Primeira revisão**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profa. Esp. Roberta Priscila de Araújo Lima  
Heitor Lucas Rodrigues Pontes  
Bruna Maria da Silva Mota  
Prof. Esp. Helder Brandão Góes  
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

**Comissão de revisores - Revisão final**

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:  
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais  
Artigo científico**

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira  
responsabilidade de seus autores.

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas**

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; ARAÚJO, Glaucia Maria Ribeiro de; NORTE, Naira Neila Batista de Oliveira Norte. Anais do Seminário 37 anos da Constituição Federal de 1988: perspectivas sobre Direitos Fundamentais. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

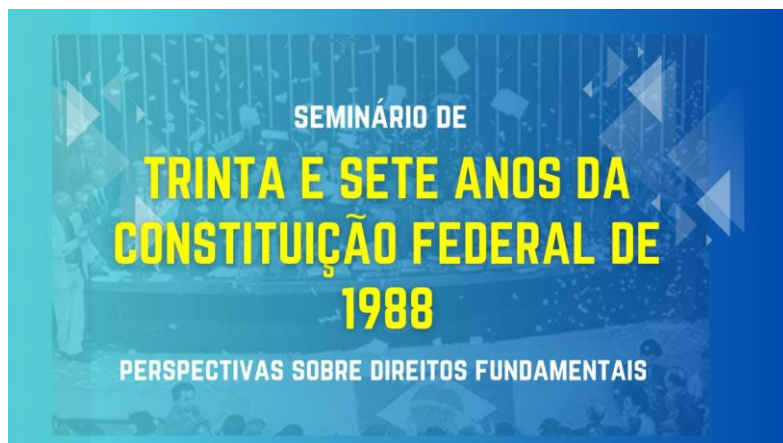
Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:  
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais  
Artigo científico**



**APRESENTAÇÃO**

A presente publicação é um volume da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, vinculada ao Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, e reúne os Anais do Seminário 37 Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas sobre Direitos Fundamentais, realizado em Manaus no ano de 2025.

O evento teve como objetivo promover a análise crítica e interdisciplinar dos Direitos Fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando os avanços normativos, os desafios estruturais e as tensões sociais que permeiam sua efetivação no contexto brasileiro contemporâneo. A Constituição de 1988, marco jurídico da redemocratização nacional, permanece como referência normativa central na consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, sendo objeto de contínua interpretação, aplicação e contestação.

Os trabalhos apresentados e compilados neste volume abordam temáticas constitucionais, com ênfase nas especificidades da região amazônica. A abordagem adotada privilegia o rigor metodológico, o pluralismo teórico e a relevância social das discussões, reafirmando o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação democrática.

A publicação dos Anais visa contribuir para o aprofundamento das pesquisas jurídicas e para o fortalecimento do debate acadêmico sobre os direitos fundamentais, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para a atuação crítica dos operadores do direito, em especial quando se trata da Amazônia, pensada por amazônidas e/ou erradicados nela. Espera-se que este volume constitua referência para futuros estudos e iniciativas voltadas à promoção da justiça, da equidade e da sustentabilidade.

A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma jurídico no Brasil, assentado na centralidade dos direitos fundamentais e na afirmação do Estado Democrático

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:  
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais  
Artigo científico**

e social de Direito. Esse marco normativo não apenas reorganizou as estruturas institucionais, como também redefiniu os contornos da cidadania, ampliando o espectro de proteção jurídica aos indivíduos e coletividades. A positivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais consolidou um modelo constitucional abrangente, cuja efetividade permanece como desafio constante diante das desigualdades estruturais do país.

A análise dos direitos fundamentais sob a ótica da Constituição de 1988 exige a consideração de múltiplas dimensões: normativas, políticas, históricas e sociais. A interpretação constitucional, nesse contexto, não se limita à literalidade dos dispositivos, mas demanda uma hermenêutica comprometida com a promoção da dignidade humana, da justiça social e da inclusão. A atuação dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal, tem desempenhado papel relevante na concretização desses direitos, embora também suscite debates sobre ativismo judicial e limites da jurisdição constitucional.

No campo dos direitos sociais, observa-se que a Constituição de 1988 estabeleceu garantias importantes, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à previdência social. Contudo, a realização plena desses direitos depende de políticas públicas eficazes, financiamento adequado e gestão democrática. A tensão entre o texto constitucional e a realidade empírica revela a necessidade de fortalecimento institucional e de participação cidadã como mecanismos de controle e exigibilidade dos direitos previstos.

A perspectiva regional, especialmente no contexto amazônico, impõe a consideração de especificidades culturais, ambientais e socioeconômicas que influenciam diretamente a aplicação dos direitos fundamentais. A proteção dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e do meio ambiente assume relevância estratégica, não apenas pela riqueza biológica da região, mas também pela complexidade das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e justiça social. A Constituição de 1988 oferece instrumentos normativos para essa proteção, cuja efetividade requer compromisso político e jurídico contínuo.

Por fim, a celebração dos 37 anos da Constituição Federal de 1988 constitui oportunidade para reavaliar os avanços obtidos e os obstáculos persistentes na consolidação dos direitos fundamentais. A produção acadêmica, como a que se apresenta neste volume, contribui para o aprofundamento crítico das questões constitucionais e para o fortalecimento da cultura jurídica democrática. A reflexão sobre os direitos fundamentais,

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:  
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais  
Artigo científico**

nesse sentido, não se encerra no plano teórico, mas se projeta como prática transformadora voltada à construção de uma sociedade mais equitativa e plural.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo  
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:  
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais  
Artigo científico**

**CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO: ENTRE O ESTADO  
PLURINACIONAL E A FRAGILIDADE INSTITUCIONAL**  
*THE APPLICATION LATIN AMERICAN CONSTITUTIONALISM: BETWEEN THE  
PLURINATIONAL STATE AND INSTITUTIONAL FRAGILITY*

**Tatyane de Andrade Ferreira<sup>1</sup>**  
**Denison Melo de Aguiar<sup>2</sup>**  
**Neuton Alves de Lima<sup>3</sup>**  
**Flávio Humberto Pascarelli Lopes<sup>4</sup>**

## **1. INTRODUÇÃO**

Sabe-se que uma Constituição, norma fundamental de um país, organiza o Estado, limita o poder e protege os direitos. Por isso, em tempos de instabilidade, sua função de proteger a democracia e a ordem institucional contra arbitrariedades se potencializa (FERREYRA, 2025).

Em uma América Latina marcada por instabilidade política, desigualdades históricas e fragilidade institucional, esse protagonismo ganha contornos específicos. O constitucionalismo latino-americano nasce do anseio pela criação de um Estado Plurinacional, capaz de romper com os laços coloniais e eurocêntricos do poder constituinte (ZOUHEIN, 2019), ao reconhecer grupos historicamente excluídos do processo decisório destes países (FIGUEIREDO, 2017).

Nessa acepção, é necessário analisar criticamente o Constitucionalismo Latino-

---

<sup>1</sup> - Graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: tdaif.dir23@uea.edu.br

<sup>2</sup> - Pós-doutor em Direito pela UniSalento (Itália-2025). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGIBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

<sup>3</sup> - Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

<sup>4</sup> Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:  
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais  
Artigo científico**

americano e sua proposta de Estado Plurinacional, avaliando seus efeitos na estabilidade institucional e na consolidação da democracia, especialmente em contextos de fragilidade política e de crises de governabilidade.

## **2. JUSTIFICATIVA**

No enquadramento atual, o avivamento do Estado Plurinacional enfrenta limitações significativas, uma vez que a democracia constitucional na América Latina ainda caracteriza-se por um cenário de crescente desconfiança nas instituições e de questionamento na legitimidade dos partidos e de atores tradicionais do sistema político (NETO, 1993).

A instabilidade constitucional na América Latina se manifesta por meio de fatores que minam a moral pública e fragilizam a governabilidade, como sistemas pluralistas, governos divididos e de coalizão, referendos manipulados, movimentos sociais com elevado poder de pressão, corrupção e criminalidade organizada (CARPIZO, 2009). Esses desafios indicam que os avanços normativos promovidos pelo Constitucionalismo Latino-americano, os quais reconhecem a diversidade cultural e ampliam a participação cidadã, não são suficientes para garantir a estabilidade institucional ou restaurar a confiança popular na democracia.

## **3. OBJETIVOS**

### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar como o Constitucionalismo Latino-americano, por meio da implementação do Estado Plurinacional, busca enfrentar a fragilidade institucional e fortalecer a democracia nas sociedades latino-americanas.

### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Examinar a relação entre a plurinacionalidade e a inclusão de grupos historicamente marginalizados no processo decisório.
- Avaliar de que forma as inovações constitucionais podem mitigar a instabilidade institucional e as crises de governabilidade na região.
- Identificar os desafios persistentes para a consolidação da democracia, mesmo após a adoção de constituições plurinacionais.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:  
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais  
Artigo científico**

#### **4. PROBLEMA E HIPÓTESE**

A América Latina sofre com o subdesenvolvimento político histórico, caracterizado pela democratização tardia, falhas eleitorais e constitucionais e práticas como clientelismo, concentração de poder, perseguição à oposição e colapso partidário (GOENAGA, 2016). Esses fatores alimentam crises recorrentes de governabilidade, instabilidade institucional e baixa confiança popular.

Nesse enquadramento, o constitucionalismo latino-americano propõe reconhecer a diversidade cultural e superar o modelo eurocêntrico, monocultural e centralizado de Estado (MOREIRA; VASCONCELLOS, 2025). Contudo, as fragilidades estruturais mostram que a inovação constitucional, sozinha, não é suficiente para garantir estabilidade democrática (GOENAGA, 2016).

Diante desse cenário, emerge um dilema central: embora o Estado Plurinacional represente um avanço normativo e uma tentativa de resposta às desigualdades históricas, sua capacidade de mitigar a instabilidade institucional e fortalecer a democracia ainda é incerta. Dessa forma, torna-se essencial investigar: Por que a fragilidade institucional persiste na América Latina, mesmo diante das inovações introduzidas pelo Constitucionalismo Latino-americano?

#### **5. METODOLOGIA**

A metodologia utilizada deu-se por uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico. A pesquisa utilizou-se de análise à artigos científicos, ensaios e materiais disponíveis em meio digital, priorizando publicações concernentes ao constitucionalismo latino-americano e à crise das democracias na região. Também considerou-se referenciais teóricos gerais sobre constitucionalismo e democracia para examinar a realidade específica da América Latina.

#### **6. RESULTADOS**

Apesar dos avanços do Constitucionalismo Latino-americano e do Estado Plurinacional, sua capacidade de enfrentar a fragilidade institucional e a crise de legitimidade das democracias na região depende da superação de problemas históricos estruturais, como subdesenvolvimento político, ingovernabilidade e descrédito nas

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:  
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais  
Artigo científico**

instituições (CASTELLANO, 2017).

A análise do Constitucionalismo Latino-americano e do Estado Plurinacional evidencia que, apesar dos avanços promovidos pelas reformas constitucionais — como o reconhecimento da diversidade cultural, a inclusão de grupos historicamente marginalizados e a valorização de direitos coletivos e individuais —, sua implementação ainda encontra barreiras que comprometem a estabilidade institucional.

Os desafios estruturais persistentes seguem alimentando o descontentamento social e as crises de governabilidade, de modo que a efetividade deste modelo depende da aplicação concreta das normas, do fortalecimento das instituições e da consolidação de práticas democráticas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A histórica vulnerabilidade política da América Latina tem produzido um ciclo de ingovernabilidade que enfraquece as instituições democráticas e compromete a consolidação do pacto social (BONAVIDES, 2019). Nesse cenário, mesmo constituições modernas enfrentam dificuldades em assegurar estabilidade e legitimidade. O novo constitucionalismo, para além da inclusão, legitima o Estado, protege direitos negligenciados e redefine a governança, compatibilizando a pluralidade social com a Constituição e fortalecendo a democracia.

Diante desse cenário, o estudo crítico do constitucionalismo latino-americano, enquanto potenciador do Estado Plurinacional evidencia que o fortalecimento institucional exige a efetiva implementação das normas, o engajamento social e a consolidação de mecanismos democráticos capazes de garantir estabilidade e legitimidade duradouras.

## **REFERÊNCIAS**

BONAVIDES, Paulo. A América Latina e os 30 anos da Constituição. MPCE, 2019. Disponível em: <https://mpce.mp.br/wp-content/uploads/2019/07/ARTIGO-1.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

CARPIZO, Jorge. Tendencias Actuales del Constitucionalismo Latino-Americano. Revista de Derecho de Estado, Universidad Externado, Bogotá, número 23, 2009, disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337630233001>. Acesso em: 16 set. 2025.

CASTELLANO, Rogelio Núñez. Crise e transição na América Latina: O conturbado mês de abril demonstrou que a região vive uma conjuntura política e econômica complicada.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:  
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais  
Artigo científico**

El País Brasil, 8 maio 2017, 14:02 BRT. Disponível em:  
[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/08/internacional/1494231343\\_866580.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/08/internacional/1494231343_866580.html).

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Crise política, ingovernabilidade e revisão constitucional. Brasília: Senado Federal, 1993. Disponível em:  
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/175952/000463306.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 set. 2025.

FERREYRA, Raúl Gustavo. La Constitución en tiempos perturbados (parte 2). Consultor Jurídico, 8 ago. 2025, 9h27. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2025-ago-08/la-constitucion-en-tiempos-perturbados-parte-2/>. Acesso em: 17 set. 2025.

FIGUEIREDO, Marcelo. Tendências atuais do constitucionalismo latino americano: existe um “novo constitucionalismo” na região?. Disponível em:  
<<https://emporiododireito.com.br/leitura/tendencias-atuais-do-constitucionalismo-latino-americano-existe-um-novo-constitucionalismo-na-regiao-por-marcelo-figueiredo>>. Acesso em: 16 set. 2025.

GOENAGA, Agustín. Democracy in Latin America. 2016. Disponível em:  
<https://www.oxfordbibliographies.com/display/document/obo-9780199756223/obo-9780199756223-0189.xml>. Acesso em: 16 set. 2025.

MOREIRA, Nelson Camatta; VASCONCELLOS, Wagner Eduardo. Novo constitucionalismo latino-americano confronta dogmas liberais. Consultor Jurídico, 18 abr. 2024, 7h08. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-abr-18/novo-constitucionalismo-latino-americano-confronta-dogmas-liberais/>. Acesso em: 17 set. 2025.

PACHECO, Bruna Sodré; CRUZ, Julia Vasconcelos; ALMEIDA, Maria Eduarda S.; SANTOS, Mibsan Pereira dos Santos. As várias faces da democracia na América Latina: breve análise no Equador, Peru, Chile e Bolívia. [s.l.]: Faculdade Damas, 26 nov. 2019. Disponível em: <https://www.faculdedamas.edu.br/wp-content/uploads/2020/04/EGAR-TRABALHO-FINAL-AL.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

RANGEL, H.; CORRÊA, F.; BOLONHA, C. Mudança constitucional na américa latina. Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça, [S. l.], v. 9, n. 30, p. 51–74, 2015. DOI: 10.30899/dfj.v9i30.184. Disponível em:  
<https://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/184>. Acesso em: 17 set. 2025.

RODRÍGUEZ, J. M. (2023). Autoritarismo, dictadura y la crisis del derecho en América Latina. Trayectorias Humanas Trascontinentales, (10). <https://doi.org/10.25965/trahs.5300>. Acesso em: 17 set. 2025.

Zouein, Luís Henrique Linhares. Constitucionalismo Latino-americano e Estado Plurinacional. Meu site jurídico, 3 set. 2019. Disponível em:  
<https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2019/09/03/constitucionalismo-latino-americano-e-estado-plurinacional/>. Acesso em: 17 set. 2025.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:  
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais  
Artigo científico**

PALAVRAS-CHAVE: Constitucionalismo. América Latina. Democracia.

KEY WORDS: Constitutionalism. Latin America. Democracy.